

TRANSVERSALIDADE, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE: NOTAS
INICIAIS SOBRE A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DE FEMINISTAS

PARRY SCOTT
FAGES/PPGA/PPGS/UFPE

Na década de 1970 resolvi descrever atividades produtivas e reprodutivas de famílias de trabalhadores rurais na Zona da Mata em Pernambuco e de classes populares na Região Metropolitana do Recife. Além de exigir uma descrição da organização social das famílias e das atividades cotidianas de homens e mulheres e crianças e adultos, eu entendia que quando alguém é criado por uma família, os custos desta criação se dividem entre os integrantes da família, e que muitas vezes grande parte dos recursos que contribuíam para esta criação não vinham diretamente de algum salário pago por um empregador, por um patrão. Então quando um jovem, ou mesmo outra pessoa da família, migrava para ganhar a vida em outro local, ele (ou ela) era “produzido(a)” por alguma coisa própria disponível à família, além do dinheiro de salários e serviços pagos monetariamente. Ou seja, o necessário para criar um trabalhador migrante que ia para São Paulo e no Rio proveniente do Nordeste não provinha inteiramente de despesas diretas, nem do Nordeste, e muito menos dos empregadores nos lugares de destino. Era de outras atividades realizadas sobretudo pelo grupo familiar.

Nessa época duas interpretações deste processo circulavam no meio acadêmico internacional e brasileiro. Uma interpretação era de Claude Meillasoux, um antropólogo marxista francês que escreveu um livro chamado “Mulheres, celeiros e capitais” com um capítulo instigante intitulado “as estruturas alimentares de parentesco”. A outra interpretação era de um caderno de estudo chamado “A produção dos homens”, escrito por Francisco de Oliveira, um cientista social focado em questões econômicas, nordestino transplantado no CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em São Paulo. Ambos os trabalhos se inseriam numa tradição de estudos que focalizavam “a reprodução da força de trabalho”, e se preocupavam com questões de fecundidade e gerações. Ambos extrapolavam os possíveis limites técnicos de tais estudos, buscando entender de uma forma bastante ampla a formação de famílias e seus padrões de organização, soprando vida nos seus objetos/sujeitos de pesquisa. Eu tinha visto como isso acontecia estudando famílias e migrações em engenhos de açúcar e estava imerso num trabalho sobre como as famílias no Recife conseguiam se sustentar com rendas muito reduzidas. Ou seja, política e poder, trabalho e economia, classe e

região estavam todos na minha mira. E as mulheres vieram juntas! Não podia entender processos de reprodução da população, nem de reprodução da força de trabalho, sem atribuir uma importância fundamental à mulher.

Este fato se tornou muito obvio quando resolvi preparar um trabalho sobre o que eu denominava de “produção doméstica” para um incipiente e crescente grupo nacional de cientistas sociais que estavam organizando uma reunião em Belo Horizonte em 1979, parte de cuja programação pode ser vista no item 3º Encontro de ANPOCS na página da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências sociais (anpocs.org.br). Mais de que nos outros 14 grupos de trabalho, o que me interessava parecia caber melhor no GT “Mulheres na Força de Trabalho” coordenada por Neuma Aguiar. Já em Belo Horizonte, me descobri numa sala com em torno de vinte mulheres, muitas engajadíssimas em estabelecer agendas para pesquisa e ação no movimento feminista. As pesquisas substanciais e, ainda mais, as discussões teóricas e de aplicabilidade delas para o movimento feminista, contribuíram muito para que eu, novo na área e relativamente novo no país, assumisse uma postura comedida de observador respeitoso e apresentador sério. Muito mais do que isso, me mostraram que os debates, em conteúdo e relevância, cabiam como muito relevantes para os temas que estavam em debate em muitos dos outros Grupos de Trabalho (GTs) que não tinham nenhuma pretensão de estar discutindo questões de feminismo. O próprio grupo de Mulheres na Força de Trabalho chegou à conclusão que uma sala e um grupo não eram suficientes para o que tinha a discutir, e foi acordada que criaria uma postulação para o próximo encontro de agregar o grupo de Mulheres e Política, para onde Fanny Tabak levaria algumas para debater. Assim atrairia ainda mais gente para a discussão focada no feminismo. O feminismo do grupo crescia nos campos de estudo de trabalho e economia, e de política, e floresciam nos próximos ANPOCS debates sobre mulheres, sobre poder e sobre economia.

Para além de este espaço ser ganho nos encontros para poder estimular debates e a tão desejada “visibilidade” da questão da mulher, houve o estabelecimento de agendas feministas via, especialmente, a Fundação Ford e a Fundação MacArthur, com marcada participação nacional da Fundação Carlos Chagas, que propunham financiar ações favoráveis a mulheres. Sentindo a vontade de afirmar cada vez mais o caráter transversal das questões feministas, o movimento crescia. Mas nos encontros da ANPOCS, com mais alguns anos (sem que eu lembre do ano específico), ocorreu o que poderia ser compreendido ou como um *backlash* contra o movimento das mulheres, ou

como um erro de estratégia delas mesmas, durante o processo da obrigatória “renovação” de GTs. A insistência quase triunfal do discurso da transversalidade do assunto, permeando até espaços nunca antes vistos, resultou num descuido de propostas específicas de formação de GTs. O discurso de transversalidade deu armas para os que valorizavam menos os grupos feministas poderem alegar que, já que, em princípio, o assunto estava presente em todos os GTs, justamente através da idéia de transversalidade, não havia necessidade nem de aprovar um GT específico onde o assunto fazia parte explícita do título e proposta básica. Os encontros de ANPOCS, sem um grupo específico para comandar atenções, virou um espaço incomodo ao movimento por, dispersando e diluindo o assunto, provocar um processo de silenciar relativamente as vozes das mulheres. Os seus comités organizadores foram alvos de acusação de estarem orquestrando a exclusão das mulheres. O grupo de Família e Sociedade, que perdurava, servia como um espaço para reunir questões de mulheres e feministas, mas o seu título como GT, além de nem falar em mulher nem em feminismo, parecia restringir o foco de atenção para muito aquém das intenções de aumento de abrangência de questões feministas, e, mais preocupante ainda, se usado como espaço para divulgação de preocupações, poderia provocar uma leitura que associava exageradamente a mulher à família, o que seria uma limitação a um espaço restritivo tradicional.

O que enfatizo aqui é que o discurso de transversalidade, tão expressiva em contribuir para orgulhar integrantes do movimento feminista, que reconhecia terem o que dizer sobre assuntos tão abrangentes e diferentes como epistemologia, política, economia, pensamento social, sindicatos, trabalhos, movimentos sociais, artes e muitos outros assuntos, politicamente resultou numa perda por um bom número de anos, de espaços para debater amplamente as suas questões específicas. O ponto importante é que, na prática, a ideia de transversalidade não pode dispensar a coexistência com algum espaço reconhecido “central” para que o movimento possa prosperar. O que é transversal, mas padece de um centro irradiador, dissipa e dilui as suas energias, e corre o risco de passar despercebido.

Neste período dos anos 1980, muito bem lembrado num estudo de Elizabeth Jelín em 1994, sobre “As Famílias na América Latina”, a relevância percebida de estudos sobre economia, trabalho, sindicatos e movimentos sociais ofuscava a importância dos estudos feministas (e mesmo da “família”) ao ponto de deixar muitas mulheres cientistas sociais acanhadas a pronunciar que estudavam mulher, feminismo ou família por perceber que os colegas acadêmicos que não estudavam esses assuntos os

relegavam abertamente a um segundo plano de importância. A insuficiência da transversalidade como arma política e prática para visibilidade conseguiu, paulatinamente, e nem sempre plenamente, ser suplantada pela boa qualidade de resultados de pesquisas e ações formadas pelos muitos pesquisadores e instituições que recebiam apoio de fundações estrangeiras que tinham setores dedicadas a estas questões.

Não é surpreendente que um local acadêmico onde as questões de mulheres e de feminismo conseguiam operar era na Associação Brasileira de Estudos Populacionais, que recebia apoio dessas fundações e também de agentes de planejamento do Estado que, como gestores, se interessavam em acompanhar a reprodução e distribuição da população. Adicionalmente, Organizações Não-Governamentais Feministas e Fundações proliferaram e conseguiam se tornar espaços prediletos de investimento dessas fundações, articuladoras de políticas concretas nos locais onde operavam, atingindo, articuladamente, espaços nacionais, bem como classes e grupos diversos (“vulneráveis” numa terminologia adotada posteriormente). A visibilidade criada se deve a um trabalho extra-acadêmico, muito centrado em abrir fóruns de discussão e de decisão onde pronunciar-se sobre o que se interessava às mulheres era, e continua sendo, a agenda cotidiana de maior importância. Estes espaços, além de muitos assumirem ser produtores de estudos críticos e políticos, se articulam com a academia cooperando para que os assuntos ganhem maior notoriedade e abrangência com a passagem de tempo.

No título deste trabalho, o interesse ressaltado é a formação de feministas, coisa que ocorre mais intensivamente na prática quando, sabendo-se transversais, identificam-se como integrantes das instituições, dos órgãos de decisão, e das universidades que focam nas questões feministas. Um caminho que gerou muita polêmica e que cresceu ao longo dos anos 1980 e depois, foi o uso da noção de gênero que dividiu integrantes entre 1) quem achava que a escolha do termo desvia a atenção dos interesses das mulheres em si (e ainda abre brecha para questionáveis estudos sobre masculinidade e sobre sexualidades alternativas!), e 2) quem achava que o termo foi feliz em realçar as relações de poder como subjacentes e imprescindíveis de atenção para poder entender o que as francesas designam das “relações sociais de sexo”. Polemizou e dirigia a questão para sexo e poder, e complexificou a discussão sobre ambos assuntos, no afã de mostrar a sua capacidade de pretender desmontar muitas “verdades dadas”, para bem além desses dois termos em si. Independente da posição sobre o valor do termo gênero para o movimento feminista, ele reaqueceu uma frente de

discussão de suma importância sobre desigualdades, e criou uma série de pontos de intersecção com outros grupos que conviviam com uma agência social favorável à apresentação e compreensão dos mecanismos que faziam com que diferenças resultavam na ocupação de quem as possuía, dos rangos inferiores de “desigualdades”.

Mais uma vez, sem abandonar “transversalidade”, ao ressaltar poder e sexo há um ganho que favorece identificar grupos específicos que possam participar numa aliança que posteriormente fica representada na adoção do termo interseccionalidade como uma síntese dos termos que raça, classe e sexo – assuntos que abarcam, cada um internamente, campos historicamente desiguais e que movimentam diferentes populações em busca de promoção de igualdades e que já se configuravam como preocupações do movimento. A interseccionalidade é criticada como potencialmente simplificadora e abrangedora, igual à idéia de transversalidade, mas na prática, ela é acionada por usuários e usuárias que, muitos das quais, no feminismo, são provenientes de grupos que conjugam feminismo, raça e/ou etnicidade, e classe (de várias acepções, mas sempre associada à pobreza construída nas relações sociais com outros). Ou seja, de transversalidade generalizada, o conjunto de atores envolvidos mudou com a ênfase em interseccionalidade, insistindo no respeito à luta de cada “secção”, “segmento”, “setor” ou, mesmo “povo”. Quando autores e autoras invocam a interseccionalidade, o que é mais recorrente é o uso de uma ressalva chamando atenção à necessidade de não desprezar o bom trabalho e as boas ideias dos “parceiros” e “aliados” em cada “secção”. A diluição ou dissipação das ideias às quais eu referi antes são menos prováveis de ocorrer por causa do paralelismo das relações de poder que são enfatizados como parte da “inter”secção.

Ditos estes comentários sobre terminologias frequentemente usadas como parte da prática de formar feministas encerro com três exemplos concretos da experiência do grupo de FAGES (Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade), da Universidade Federal de Pernambuco.

O primeiro foi um expurgo da ausência de referência específica a alguma meta feminista no nome do grupo de pesquisa. O grupo formado em boa medida a partir da experiência no 3º Encontro de ANPOCS se denominava “A Família no Nordeste” ao longo dos anos 1980 e fazia discussões, encontros e pesquisas sobre estes assuntos sem que houvesse uma maior preocupação em realçar o seu caráter politicamente feminista. Num período no início dos anos noventa em que um grupo de jovens feministas estudantes de várias disciplinas, atraídas pelos assuntos discutidos no grupo mas

insatisfeitas com a pouca ênfase ao aspecto político desta discussão, se juntaram regularmente para ler literatura feminista no quadro institucional do Grupo de Pesquisa. Elas sugeriram que o grupo poderia ficar melhor e ter um direcionamento político e acadêmico se abrigasse especificamente a questão de gênero no título do grupo. Discutido e percebido como positivo para todos e todas, acrescentar “gênero” ao título, subtrair do Nordeste para permitir mais abrangência, (somente posteriormente acrescentando “sexualidade”) foi uma ação de suma importância para o grupo se integrar ainda mais com os diversos grupos feministas do país. Reconhecendo ações já feitas com apoios da Fundação Ford, da Fundação MacArthur e a Fundação Carlos Chagas, a identificação com o termo marcava mais o seu posicionamento político e conseguiu continuar a articular regularmente pesquisadores e pesquisadoras nas suas atividades. O termo “Gênero” delimitou, mais que simplesmente “família”, que os espaços de “intersecção” realçados seriam aqueles caracterizados por relações de poder, que posteriormente ficariam mais reconhecidos como espaços “interseccionais”.

Como segundo exemplo, nos anos 1990 a articulação com Secretarias de Saúde e órgãos de financiamento governamentais (CNPQ, CAPES) e internacionais (JICA e Ford) permitiu uma atenção para programas de saúde (tanto o Programa de Saúde de Família, quanto a própria expansão de SUS e programas de Saúde Indígena) nas quais focamos em discursos diferentes de gênero e de geração para moradores de bairros populares, para trabalhadores e agricultores rurais, e para grupos indígenas. O trabalho participativo deu realce a diversos sistemas de saúde, mas também à maneira pela qual as demandas de saúde reprodutiva poderiam integrar a luta dos três grupos, através dos seus grupos representativos, integrando saúde e gênero nas suas ações e demandas para melhor serviços de saúde, mais integrados com as demandas específicas de cada grupo. Mais uma vez, interseccionalidade, sem ter sido a denominação que usávamos para descrever as nossas comparações de diferentes políticas, foi o que estimulou o núcleo a um trabalho articulado com dezenas de estudantes e profissionais da universidade e centenas de atores nos diferentes grupos. Sem entrar em mais detalhes, este trabalho foi chave para que o grupo depois conseguia apoios da Secretaria de Políticas da Mulher e do Ministério de Desenvolvimento Agrária (nos seus setores de estudo e de promoção de igualdade de gênero e raça), num período quando se multiplicavam departamentos e instituições voltadas aos interesses interseccionados que incluía neles as mulheres.

O terceiro, que é o mais recente, é uma ampliação na própria formação propriamente dita que se identifica explicitamente como de gênero para os setores

educacionais e governamentais (SECAD, SECADI, Secretaria de Políticas da Mulher, Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco). Estes vão se multiplicando e se sofisticando com a passagem do tempo. Com FAGES sempre associado a setores específicos de Ministérios e Secretarias que visavam promover esses cursos, foi possível inicialmente elaborar um curso sobre Gênero e Diversidade na Escola para professores com apostilas organizadas especificamente pelos(as) integrantes de FAGES para escolas municipais e estaduais do Recife, uma ação importante para que os usuários e as usuárias, bem como os dirigentes e professores e ensino médio tentassem incorporar estas questões no cotidiano escolar. Isto habilitou o grupo para se incluir num segundo esforço, o dos cursos de ensino a distância sobre o mesmo assunto e com uma ampliação da abrangência no Estado e com um promotor governamental adicional, a UAB-EAD (universidade Aberta do Brasil – Ensino a distância) tecnologicamente aparelhado para ensino a distância. Isto envolveu uma escolha entre os financiadores de centralizar procedimentos e uso de material didático organizado em associação com grupos feministas. Semelhante foi o que ocorreu logo em seguida quando a demanda para ensino foi para além das escolas e abrangeu movimentos sociais e outros órgãos governamentais ao aparecerem os Cursos para Gestores de Políticas Públicas em Gênero e Raça. A ampliação para raça, desta vez novamente, usando material didático elaborado para uma instituição experimentada nos assuntos (CLAM – Conselho Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos) é muito mais explicitamente associada à ideia de interseccionalidade de que nos outros cursos. Como movimento “combinado” abriu espaços para diálogo no curso e conseguiu tanta abrangência temática e geográfica quanto os outros cursos.

Estas experiências formaram uma base para uma formação mais expressamente feminista através de uma ação incentivada e financiada pela Secretaria de Mulher do Estado de Pernambuco, com um apoio suplementar da Fundação Joaquim Nabuco: a oferta do 1º Curso de Especialização em Desenvolvimento, Gênero e Políticas Públicas. Culminou na realização do curso de 2013 até 2015, e se tornou um dos trabalhos mais explicitamente “interseccionais” (facilmente verificado nas três apostilas organizados pelo FAGES para o curso, bem como nos trabalhos finais dos 85 alunos e alunas formados(as), sendo frequentado sobretudo por integrantes de secretarias, instituições governamentais e não governamentais, mas também por integrantes de outros grupos feministas, do movimento negro, de indígenas e de trabalhadores.

A finalidade deste trabalho não é de detalhar as ações de um Núcleo de Pesquisa, mas os exemplos aqui apresentados sobre a experiência de FAGES e a discussão mostram três pontos que vale destacar: 1) Transversalidade não deixa de ser um importante aspecto para compreender a agir em relação ao feminismo e à promoção de igualdade de gênero, mas ela enfraquece quando não está acionada junto com algum centro irradiador de políticas e estudos (desde um simples GT de uma associação de estudos, até Ministérios nacionais e Secretarias de estados); 2) Gênero, ao ser acrescido a uma definição de ações relacionadas com o fortalecimento da formação de práticas e agentes, acresce sempre a necessidade de atenção para sexo e poder, e isto amplia a possibilidade de se envolver em cooperação e trabalho com outros grupos cujos objetivos de mudança de estruturas de poder sejam semelhantes; e 3) a interseccionalidade dá realce à qualidade de alianças que possam ocorrer entre grupos com histórias, diferentes mas paralelas, em que a diminuição das desigualdades seja um objetivo comum, e a ampliação do seu uso enquanto termo que identifica possibilidades em políticas públicas se associa a um conjunto de nucleações de centros irradiadores de políticas de gênero, de raça, de etnicidade, e de classe que permite mais eficácia na prática e na formação de feministas e de colaboradores com o feminismo.